



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SEÇÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS

PROJETO BÁSICO

REFORMA DOS FÓRUNS ELEITORAIS EM ARAPOEMA, WANDERLÂNDIA E
PEDRO AFONSO

Palmas/TO
2015

1. ANEXOS DESTE PROJETO BÁSICO

PROJETO DE ARQUITETURA
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI
ORÇAMENTO – PLANILHA SINTÉTICA

2. OBJETO

2.1. Contratação de uma ou mais empresas especializadas em prestação de serviços de engenharia civil, para reforma de três edificações localizadas nas cidades de Arapoema, Wanderlândia e Pedro Afonso, em conformidade com este projeto básico e seus anexos. As reformas consistem na repintura das paredes internas e externas, forro, muretas, muro, elementos metálicos, manutenção no telhado, tratamento de fissuras, adequação de passeios, instalação de piso tátil interno e externo, construção de rampas, instalação de guarda-corpo e corrimãos.

3. OBJETIVO

3.1. Adequar o imóvel às normas de acessibilidade, manter o imóvel em boas condições de uso e eliminar patologias da edificação que surgiram desde a sua construção.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. As edificações sede dos cartórios eleitorais foram construídas entre os anos de 2006 e 2007 e desde então não foram reformadas.

Com o passar do tempo, surgiram problemas relacionadas ao desgaste natural, além de necessidades de adequação de patologias construtivas, como a melhoria na acessibilidade, eliminação de obstáculos, construção de rampas e instalação de piso tátil.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para fins de qualificação técnica:

a) certidão de registro da empresa licitante onde conste seus responsáveis técnicos, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo no qual estejam vinculados;

b) comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários um engenheiro civil ou arquiteto, o qual será o responsável técnico indicado pela licitante para executar a obra;

b.1) a comprovação do vínculo empregatício do profissional com a licitante deverá ser feita pela apresentação de um dos seguintes documentos:

b.1.1. contrato social, caso seja sócio;

b.1.2. carteira de trabalho;

b.1.3. contrato de trabalho;

b.1.4. contrato de prestação de serviços;

b.1.5. certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo, se nela constar o nome do profissional indicado;

c) declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução e entrega da obra ou declaração da licitante de que, através de representante devidamente credenciado pela licitante, vistoriou o local onde será executada a obra;

c.1) a licitante poderá efetuar a vistoria em companhia de um servidor do Cartório Eleitoral, de segunda à sexta-feira, em horário previamente agendado pelos telefones:

Cartório Eleitoral de Arapoema - (63) 3435-1323

Cartório Eleitoral de Wanderlândia - (63) 3453-1104

Cartório Eleitoral de Pedro Afonso – (63) 3466-1440

c.2) caso opte pela vistoria, a licitante deverá apresentar a Declaração de Vistoria, em duas vias já redigidas, para que o servidor da respectiva Zona Eleitoral possa visá-la e carimbá-la, de modo a permitir a identificação do signatário;

c.2.1) a 2ª via da declaração ficará em poder do servidor que procederá a imediata remessa à Seção de Licitações;

c.2.2) se, por qualquer motivo, a referida declaração não estiver junto à documentação do envelope de habilitação, será considerada a segunda via em poder da Seção de Licitações;

6. ESPECIFICAÇÕES

6.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações deste documento, em conformidade com o edital de licitação e seus anexos. Todos os elementos representados nos projetos deverão ser considerados para fins de elaboração de proposta financeira.

6.2. Todos os materiais a serem utilizados serão de primeira qualidade, novos e totalmente fornecidos pela contratada, devendo estar em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e de acordo com as especificações técnicas dos projetos.

6.3. Os projetos e planilhas apresentados são orientativos. Antes de apresentarem suas propostas, as licitantes deverão analisá-los e executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões. No caso de discordância com os projetos, a licitante deverá apontar a divergência com antecedência, no prazo estabelecido no edital. Os questionamentos serão respondidos pela Seção de Engenharia, Arquitetura, Projetos e Obras (SEAPO) e o resultado será comunicado a todos os interessados que tenham procedido a retirada do edital.

6.4. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada na obra e serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento da edificação e de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

6.5. Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução das obras em Arapoema, Pedro Afonso e Wanderlândia, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios e andaimes, bem como as despesas de aquisição de ferramentas e materiais,

inclusive o seu transporte até o local de execução da obra, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão-de-obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

6.6. A indicação de marcas presta-se somente a determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos equivalentes que detenham as mencionadas especificações. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado, deverá ser solicitada a sua substituição, a juízo da Fiscalização. Há a possibilidade de substituição de materiais especificados por outros equivalentes, desde que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência com os constantes neste Projeto Básico quanto à **qualidade, resistência, aspecto e preço**.

7. LICENÇAS, TAXAS E PLACAS.

7.1. Correrá por conta exclusiva da construtora a responsabilidade sobre quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em andamento até a definitiva aceitação da mesma pela fiscalização do TRE-TO, bem como, as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

7.2. É a construtora obrigada a obter todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei, e observando todas as leis, regulamentos e pagamentos de seguro pessoal, despesas decorrentes das Leis Trabalhistas e impostos relativos às obras e serviços contratados, assim como multas impostas pelas autoridades, mesmo aquelas que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas pelo TRE-TO.

7.3. A observância das Leis, regulamentos e posturas, a que se refere o item precedente, abrange também as exigências do CREA e CAU, especialmente no que se refere à colocação de placas de identificação da obra em local visível, contendo nomes do responsável técnico pela execução da obra, do

autor ou autores dos projetos, empresa construtora, etc., tendo em vista as exigências do registro na região do citado Conselho em que realiza a construção, e com as especificações recomendadas pelo TRE-TO.

7.4. Deverá assumir as despesas de transporte de materiais, equipamentos e pessoal até o local de execução da obra;

7.5. Deverá assumir as despesas de estadas e alimentação de pessoal no local de realização da obra.

7.6. Deverá assumir as despesas referentes a cópias de documentos e projetos.

7.7. Deverá providenciar a aprovação, junto aos órgãos competentes, quando couber, de todas as alterações que possam ser feitas nos projetos originais, desde que ouvidos seus autores, arcando com os custos operacionais se der causa a alteração.

7.8. Deverá responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.

8. VALOR ESTIMADO

8.1. Os orçamentos estimativos foram elaborados em setembro de 2015, utilizando-se as tabelas de composição de custos e insumos do SINAPI e composições próprias do TRE-TO.

8.2. A grande maioria dos custos de insumos foram consultados em tabelas do SINAPI. Somente os não disponíveis foram coletados no mercado.

8.3. O preço global orçado das obras é resultante da composição dos custos unitários diretos, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI incidente.

8.4. Os preços globais de referência das obras, objeto deste edital são:

Item 1 - Reforma do Fórum Eleitoral em Arapoema: R\$ 47.496,54

Item 2 - Reforma do Fórum Eleitoral em Wanderlândia: R\$ 60.125,47

Item 3 - Reforma do Fórum Eleitoral em Pedro Afonso: R\$ 56.803,20

8.5. Na formação do preço que constará da proposta da licitante poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles utilizados por esta Administração, desde que o preço global orçado seja igual ou menor que o valor de referência.

9. REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

9.1. A obra será licitada sob o regime de empreitada por preço global.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será permitida a subcontratação total dos serviços. Somente em condições especiais, com a autorização expressa da fiscalização, poderão ser subcontratadas partes específicas da obra, nas quais a mão-de-obra seja necessariamente especializada.

11. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONSTRUTORA

A empresa construtora deverá:

11.1. Manter na obra, no mínimo, um conjunto completo de todos os projetos atualizados, planilha orçamentária e planilha de medições;

11.2. Executar os serviços objeto do presente contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência e manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

11.3. Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e projetos executivos, assumindo inclusive as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro de obras, devendo os materiais empregados ser de primeira qualidade e compatíveis com os especificados nos projetos. A empresa se obriga a entregar os materiais com qualidade igual ou superior às

descritas no edital da licitação e seus anexos, ficando sujeito à escolha do TRE-TO, material de qualidade compatível aos apontados no projeto, se a marca, modelo ou referência cotado na proposta não atender as especificações determinadas;

11.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados, nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra.

11.3.2. Submeter à aprovação do fiscal da obra amostras de todos os materiais de acabamento a serem empregados na obra, antes de serem aplicados;

11.4. Afastar, após o recebimento da notificação, qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRE-TO;

11.5. Fornecer, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato;

11.6. Manter atualizada na obra a listagem de todos os empregados, contendo nome, RG e função;

11.7. Reforçar a sua equipe de funcionários na obra, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

11.8. Proceder, ao final da obra, à limpeza e remoção do material desnecessário indesejável;

11.9. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que compõem a obra;

11.10. Verificar e comparar, antes do início de qualquer etapa, todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços:

11.11. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à

CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao fiscal da obra, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

11.12. Submeter à aprovação do gestor do contrato, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

11.13. Providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que o fiscal da obra julgar necessário;

11.14. Providenciar, antes do início da obra, a Anotação ou registro de responsabilidade técnica no conselho profissional referente à execução da obra;

11.15. Garantir que o engenheiro responsável pela execução dos serviços realize no mínimo uma visita semanal à obra, para acompanhá-la.

11.16. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual;

11.17. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte;
- g) e outras previstas na respectiva convenção coletiva;

11.18. Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

11.19. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da CONTRATANTE;

11.20. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente Contrato, assim como indenização que porventura daí se originarem e por tudo mais quanto as leis sociais e trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste Contrato.

11.21. Retirar do canteiro e dos locais da obra todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelo TRE/TO, em até 24 horas, independente das sanções previstas.

11.22. Desmanchar e refazer, às suas expensas, sem qualquer ônus para o TRE/TO, os serviços não aceitos pela fiscalização, quando for constatado o emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações;

11.23. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção da obra em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

11.24. Durante o período de garantia a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de quinze dias corridos, contados da comunicação formal;

11.25. Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Tomada de Preços.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. O contrato será fiscalizado e acompanhado pelo gestor especialmente designado pela Secretaria de Administração e Orçamento, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

(art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

12.2. As relações mantidas entre o TRE-TO e a construtora, serão intermediadas pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato.

12.3. A construtora é obrigada a facilitar a minuciosa fiscalização dos materiais e execução da obra e serviços contratados, sendo-lhe assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a construtora e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ter atendido dentro de quarenta e oito horas, a contar da anotação no diário de obras, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

12.4. Fica a construtora obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

12.5. A fiscalização dos serviços de engenharia que compõem a obra será exercida por comissão ou servidor designado pela administração do TRE-TO;

12.6. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela construtora, que não atendam às condições contratuais e aos projetos, cabendo à construtora refazer os serviços rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

12.7. À fiscalização caberá esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico, aprovar materiais equivalentes propostos pelo contratado, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

13. PRAZOS E PAGAMENTO

13.1 O início dos trabalhos deverá ocorrer em até 15 dias após o recebimento da Ordem de Serviço. O prazo total para execução dos trabalhos é de

sessenta dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

13.2 O pagamento será efetuado em parcelas mensais.

13.3 Estão previstas duas medições, uma com 30 dias após o recebimento da ordem de serviço e outra após a conclusão.

13.4 Caso a obra seja prorrogada, as medições ocorrerão a cada período de 30 dias.

14. RECEBIMENTO DA OBRA

14.1 Quando a obra estiver completamente concluída, a empresa construtora solicitará por escrito ao gestor do contrato, para que faça a vistoria necessária para o recebimento. O gestor do contrato terá o prazo máximo de quinze dias para vistoriar a obra e se manifestar.

14.2. Caso existam pendências quanto à construção, o gestor do contrato elaborará relatório contendo todas as deficiências encontradas e notificará a empresa construtora a saná-las no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data dessa notificação. Vencidos os 20 (vinte) dias, nos 15 (quinze) dias seguintes, o gestor do contrato verificará se todas as deficiências anotadas foram eliminadas.

14.3. Confirmada a conclusão da obra, será lavrado o Termo de Entrega e Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato.

14.4. A assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a empresa construtora quite com os encargos contratuais, mas permanecendo sua responsabilidade pela solidez e segurança da obra nos termos das legislações civil, profissional e penal aplicáveis.

14.5. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pelo gestor do contrato e pelo representante da empresa construtora.

15. GARANTIA DA OBRA

15.1. A empresa licitante deverá prestar garantia com prazo não inferior a cinco anos quanto à solidez e segurança para as estruturas e dois anos para a pintura e demais serviços, a contar do recebimento definitivo da obra.

16. ADITIVOS

16.1 Eventuais alterações contratuais, sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, §1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo TRE-TO, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Palmas, 14 de setembro de 2.015.

Jorge Bernardino de Sousa Neto

Arquiteto – CAU A29277-0

Seção de engenharia, Arquitetura, Projetos e Obras